



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679860 - RJ (2021/0218114-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : CARLOS BREVES DE LIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS BREVES DE LIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0022102-79.2021.8.19.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, desde o dia 27/4/2021, pelo cometimento, em tese, do delito tipificado no art. 157, § 2º-A, inciso I, e § 2º, inciso II, do Código Penal.

A impetrante sustenta que "a demora na conclusão do processo, geradora de constrangimento ilegal, está em rota de colisão com a garantia constitucional insculpida no artigo 5º, LXXVIII, da Constituição da República, e o disposto no artigo 7º, n.5, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto nº 678) que asseguram a todos o direito de serem julgados(e não apenas ver a instrução encerrada) em prazo razoável." (fl. 8)

Aduz, por fim, que "a sentença monocrática, assim como o acórdão que a mantém, carecem de fundamentação. Mais: seria indispensável a demonstração das circunstâncias que induzem à presunção de que, neste caso concreto, a liberdade da Paciente traria risco à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal. A título de exemplo, seria necessário atrelar a um histórico penal negativo, como a reiteração criminosa, uma suposta tentativa de fuga ou o descumprimento de outras medidas cautelares." (fl. 12)

Requer liminarmente o relaxamento da prisão preventiva, para que o "paciente aguarde o julgamento do presente *writ* em liberdade provisória; ou, sucessivamente, em estabelecimento compatível com as regras do regime semiaberto, sob pena de perpetrar este irreparável prejuízo." (fl. 15)

No mérito, requer-se a concessão da ordem, cessando a coação ilegal imposta, com a reforma do acórdão recorrido, para conceder liberdade provisória, até o trânsito em julgado de eventual sentença penal condenatória.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente